

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de governo:	Dilma Rousseff (substituiu Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro)
Penal de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	196,7 milhões
Expectativa de vida:	73,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	20,6 por mil
Taxa de alfabetização:	90 por cento

Apesar dos avanços importantes em termos de políticas de segurança pública, os agentes encarregues da aplicação da lei continuaram a usar a força de modo excessivo e a praticar torturas e execuções extrajudiciais. Grupos de extermínio e milícias continuam a causar preocupação. Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e outros maus-tratos foram registrados nos sistemas prisionais adulto e juvenil, assim como nas celas das esquadras da polícia. Nas áreas rurais, conflitos por disputa de terras resultaram no assassinato de diversos ativistas rurais e ambientais. Homens armados contratados por proprietários de terras continuaram a atacar comunidades indígenas e quilombolas com impunidade. Milhares de pessoas foram desalojadas à força para dar lugar à instalação de grandes obras de infraestrutura.

Antecedentes

Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do Brasil, tomou posse no dia 1 de janeiro prometendo alavancar o desenvolvimento e erradicar a pobreza extrema. Apesar do forte crescimento econômico e das melhorias registradas relativamente à maioria dos indicadores sociais e econômicos na última década, mais de 16,2 milhões de brasileiros ainda vivem com menos de 70 reais por mês, de acordo com os dados do último censo. Em junho, o governo federal lançou um plano nacional para erradicar a pobreza extrema num prazo de quatro anos. No decorrer de 2011, sete ministros foram forçados a renunciar devido a denúncias de corrupção envolvendo o mau uso de recursos públicos.

O novo governo prometeu que sua política exterior seria pautada pela agenda dos direitos humanos. Em março, o Brasil apoiou a criação de um Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos no Irão; porém, em novembro, o País foi criticado por se ter absterido na votação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando os abusos dos direitos humanos na Síria. Ao contrário do que prometeu na ocasião de sua eleição para o Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil recusou-se a acatar as medidas cautelares relativas ao projeto da hidroelétrica de Belo Monte determinadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Grandes projetos de infraestrutura empreendidos ao abrigo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuaram a pôr em risco povos indígenas, comunidades de pescadores, pequenos agricultores e comunidades urbanas marginalizadas.

Em janeiro, inundações e deslizamentos de terra devastaram a região serrana do Rio de Janeiro. Mais de 800 pessoas morreram, a maioria nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis, e mais de 30 mil ficaram sem abrigo. As inundações foram seguidas de uma série de denúncias de corrupção envolvendo o desvio de dinheiro público destinado às operações de socorro. Alguns moradores que ficaram sem abrigo durante as enchurradas que atingiram o Rio de Janeiro e Niterói em 2010 ainda se encontravam a viver em condições precárias enquanto esperavam que fossem providenciadas habitações adequadas.

Em maio, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por unanimidade que, perante a lei, os direitos dos casais do mesmo sexo numa união estável são equivalentes aos direitos dos casais heterossexuais.

Violações dos direitos humanos cometidas no passado

A 18 de novembro, a presidente Dilma Rousseff ratificou uma lei que limita a 50 anos o período em que podem ser mantidos segredos de Estado, e criou uma Comissão da Verdade para investigar as violações dos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988. A Comissão, que será composta por sete membros designados pela Presidente, terá um prazo de dois anos para concluir os seus trabalhos e apresentar um relatório. Estas reformas são um avanço importante no sentido de permitir que o País combata a impunidade. Temia-se, porém, que algumas condições pudessem comprometer o resultado do trabalho da Comissão. A principal preocupação era se a Lei da Amnistia de 1979, cujas interpretações anteriores incluíam no escopo da lei os responsáveis por crimes contra a humanidade, impediria a abertura de ações judiciais criminais contra indivíduos apontados, no decorrer do processo, como responsáveis por crimes dessa natureza.

Segurança pública

Diante dos elevados índices de crimes violentos, as práticas de aplicação da lei continuaram a caracterizar-se por discriminação, corrupção, abusos dos direitos humanos e pelo caráter militar das operações policiais. As prometidas reformas na segurança pública foram prejudicadas pelos cortes drásticos no orçamento e por falta de vontade política.

Alguns estados direcionaram os seus investimentos para projetos de segurança específicos, como o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro, o projeto Fica Vivo, em Minas Gerais, e o Pacto pela Vida, em Pernambuco. No fim de 2011, 18 UPPs tinham sido criadas na cidade do Rio de Janeiro. Em novembro, a fim de preparar o terreno para a instalação de novas unidades, foi levada a cabo uma operação policial e militar de grandes proporções na zona sul da capital com a intenção de livrar as favelas da Rocinha e do Vidigal dos gangues criminosos. Embora as UPPs constituam um avanço importante no sentido de se afastarem das práticas policiais baseadas em confrontações violentas, ainda precisam ser feitos investimentos de maior alcance em serviços sociais para as comunidades que vivem em situação de pobreza. Além disso, uma reforma geral do sistema de segurança, que incluía formação policial, melhoria do sistema de informação e controlo externo, continua a ser extremamente necessária. As denúncias de uso excessivo da força e de corrupção em algumas unidades são indícios da falta de mecanismos de supervisão eficazes para monitorizar a presença das UPPs nas comunidades.

As comunidades socialmente excluídas continuaram a enfrentar a violência dos grupos criminosos, além de um policiamento abusivo que geralmente trata os

moradores como supostos criminosos. Esta situação agrava a sua exclusão social e mantém as comunidades afastadas dos serviços oferecidos pelo Estado, como educação, assistência médica e saneamento.

Entre janeiro e setembro, 804 pessoas foram mortas em circunstâncias descritas como "autos de resistência" nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. No Rio, embora este número reflita uma queda de 177 mortes em comparação com as assim categorizadas em 2010, o número de óbitos registrado pela polícia no mesmo período como mortes violentas "indeterminadas" aumentou.

■ No mês de julho, Juan Moraes, de 11 anos, desapareceu durante uma operação policial na comunidade do Danon, em Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro. O seu corpo foi encontrado mais tarde dentro do Rio Botas, em Belford Roxo, município da Baixada Fluminense. Um inquérito da Polícia Civil concluiu que o menino tinha sido morto pela Polícia Militar e o seu corpo removido do local por polícias. Quatro dos agentes envolvidos no homicídio já tinham sido implicados anteriormente em, pelo menos, 37 mortes registradas como "autos de resistência". Após o crime, a polícia adotou uma série de novas medidas, tais como a obrigatoriedade de investigações forenses e balísticas no local do crime em casos registrados como "autos de resistência".

Medidas semelhantes foram adotadas pela polícia em São Paulo. Desde abril, todos os casos de homicídios cometidos por polícias na grande São Paulo são encaminhados para o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Esquadrões da morte e milícias

Acredita-se que agentes policiais estejam envolvidos com esquadrões da morte e com milícias que praticam ações de limpeza social e extorsão, além de tráfico de armas e de drogas.

■ Em fevereiro, a Operação Guilhotina, da Polícia Federal, revelou a existência de uma rede de corrupção que se estendia aos mais altos cargos da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Quarenta e sete pessoas, a maioria das quais polícias ou ex-polícias, foram acusadas de formação de quadrilha armada, corrupção, tráfico de armas e extorsão.

■ Em fevereiro, no estado de Goiás, 19 polícias militares, inclusive o subcomandante-geral da Polícia Militar, foram presos acusados de participação em esquadrões da morte. Em junho, uma comissão especial que investigou o envolvimento de polícias com esquadrões da morte no estado divulgou um relatório em que analisa a suposta participação da polícia em 37 casos de desaparecimentos forçados. Após a divulgação do relatório, os próprios membros da comissão passaram a receber ameaças de morte.

Em São Paulo, um relatório elaborado pela Polícia Civil atribuiu 150 mortes ocorridas entre 2006 e 2010 à ação de esquadrões da morte que atuam nas zonas norte e leste da capital.

No Rio de Janeiro, as milícias continuam a dominar extensas áreas da cidade, extorquindo dinheiro dos moradores mais pobres em troca de suposta proteção e controlando, ilegalmente, o fornecimento de serviços tais como transportes, gás e telecomunicações. A imposição desses serviços ilegais ou clandestinos põe em risco as comunidades vulneráveis. Aqueles que tentaram opor-se às milícias sofreram ameaças, intimidações e violência.

■ Em agosto, a juíza Patrícia Acioli foi atingida por 21 tiros em frente a sua casa no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Tinha recebido ameaças de morte motivadas por sua postura inflexível diante das milícias e da criminalidade policial. Dez polícias e o comandante do batalhão de São Gonçalo foram presos por envolvimento no assassinato e, no fim do ano, encontravam-se detidos aguardando julgamento.

■ Entre os meses de outubro e dezembro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, o deputado Marcelo Freixo, que tinha presidido ao inquérito sobre as milícias, recebeu 10 ameaças de morte.

Tortura e outros maus-tratos

A prática da tortura no momento da prisão, durante os interrogatórios e no período de detenção, ainda predominava tanto nas esquadras da polícia como nos estabelecimentos prisionais de todo o país.

Condições prisionais

Em 2011, a população prisional atingiu o número aproximado de 500 mil reclusos. Destes, 44 por cento estavam em prisão preventiva, aguardando julgamento. Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência entre os presos foram situações comuns.

Em outubro de 2011, foi enviado ao Congresso o tão esperado projeto de lei sobre a criação de um Mecanismo Preventivo Nacional (MPN) e de um Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), conforme requerido pelo Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura. Até o fim do ano, três estados – Rio de Janeiro, Alagoas e Paraíba – tinham aprovado legislações para o estabelecimento de mecanismos preventivos estaduais, e um deles, o Rio de Janeiro, tinha iniciado sua implementação.

■ Em setembro, uma adolescente de 14 anos foi aliciada e levada até à Colônia Penal Heleno Fragoso, um prisão agrícola de regime semiaberto na região metropolitana de Belém, onde foi drogada e violada durante quatro dias. Mais tarde, quando conseguiu escapar, contou à polícia que outras duas adolescentes estavam a ser prostituídas dentro da unidade. Trinta guardas prisionais, inclusive o superintendente do sistema prisional, foram suspensos enquanto aguardam as conclusões de um inquérito. Após receber ameaças de morte, a menina, juntamente com outra adolescente que também tinha sido violada na mesma unidade, teve que recorrer ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

Na maioria dos estados brasileiros, um grande número de estabelecimentos prisionais e de celas de esquadras de polícia encontra-se, efetivamente, sob o controle de grupos criminosos.

■ Em fevereiro, no estado do Maranhão, seis reclusos foram mortos – quatro dos quais decapitados – quando uma rebelião teve início para protestar contra a superlotação na Esquadra Regional do município de Pinheiro, onde 90 reclusos tinham sido colocados numa cela com capacidade para 30 pessoas. Segundo a Ordem dos Advogados do Maranhão, com estes óbitos, o número total de indivíduos mortos sob detenção no estado desde 2007 atingiu os 94.

Conflitos por terras

Povos indígenas e comunidades quilombolas

As comunidades indígenas continuaram a ser submetidas à discriminação, a ameaças e a violências em situações envolvendo disputas por terras. Em outubro, as preocupações aumentaram quando a Presidente Rouseff expediu um decreto para facilitar o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos econômicos, visando, especialmente, aos projetos que afetam as terras de comunidades indígenas ou quilombolas (afrodescendentes).

No Mato Grosso do Sul, a situação continuava preocupante. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 1.200 famílias estavam a viver em condições extremamente precárias, acampadas à beira de autoestradas, esperando pela restituição de suas terras. Os atrasos no processo de demarcação expõem essas comunidades a um elevado risco de violações dos seus direitos humanos.

■ Um grupo de homens armados tem vindo a ameaçar e atacar repetidamente uma comunidade de 125 famílias Guarani-Kaiowá em Pyelito Kue, depois de estes índios terem reocupado as suas terras tradicionais no município de Iguatemi, estado do Mato Grosso do Sul. Em setembro, homens armados chegaram em dois camiões e começaram a disparar balas de borracha, incendiando os barracos, espancando as pessoas e gritando ameaças enquanto a comunidade fugia em pânico. Diversas pessoas, inclusive crianças e idosos, ficaram gravemente feridas no ataque, que foi descrito pelo Ministério Público Federal como configurando genocídio e formação de milícias rurais.

■ Em novembro, 40 homens armados, muitos deles encapuzados, atacaram o acampamento de Guaiviry, próximo da fronteira com o Paraguai. Atingiram o cacique Nísio Gomes e levaram seu corpo numa camioneta. No fim do ano, o destino do líder indígena ainda era desconhecido.

Em fevereiro, três homens acusados do assassinato do líder Guarani-Kaiowá Marcos Veron foram condenados por sequestro, formação de quadrilha e tortura; porém, foram absolvidos da acusação de homicídio. No fim do ano, os três estavam em liberdade enquanto recorriam da sentença. Em fevereiro de 2003, Marcos Veron foi espancado até a morte dentro de terras indígenas ancestrais.

■ Em fevereiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu o licenciamento ambiental para o início das obras do projeto da hidroelétrica de Belo Monte no estado do Pará. Os povos indígenas e as comunidades locais protestaram contra os planos de construção da hidroelétrica, argumentando que o projeto afetará as suas fontes de subsistência e que a licença foi concedida sem que um processo justo de consulta fosse conduzido junto da população atingida. Em abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos requereu que o Brasil suspendesse o processo de licenciamento até que fossem realizadas consultas livres, prévias e informadas junto dos grupos afetados e até que medidas fossem implementadas para proteger a saúde e a integridade física dos mesmos. As autoridades federais responderam com a retirada de seu representante junto da OEA e com a suspensão das contribuições do País para a Comissão, entre outras medidas.

Assassinatos em conflitos rurais

Os ativistas rurais continuaram a ser ameaçados e assassinados no decorrer da sua luta por acesso a terra, bem como por denunciarem atividades madeireiras e agropecuárias ilegais na região amazônica.

■ Em maio, o ativista ambiental José Cláudio Ribeiro da Silva e a sua mulher, Maria do Espírito Santo, foram mortos a tiro por homens armados no município de Ipixuna, estado do Pará. Denunciavam as atividades ilegais de madeireiros, fazendeiros e produtores de carvão da região. Em setembro, três homens foram presos por envolvimento nos assassinatos. Entretanto, as ameaças contra os familiares das vítimas e contra a comunidade prosseguem.

Em maio, o líder rural Adelino Ramos, sobrevivente do massacre de Corumbiara em 1995, foi morto a tiro em Vista Alegre do Abunã, localidade do município de Porto velho, na Rondônia. Adelino Ramos procurava chamar a atenção para as atividades dos madeireiros ilegais que operam na região das fronteiras entre os estados do Acre, Amazônia e Rondônia.

Depois dos assassinatos, a Comissão Pastoral da Terra entregou à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República uma lista com os nomes de outras 1.855 pessoas ameaçadas de morte devido aos conflitos agrários no País.

Conflitos violentos por terras foram registrados em vários estados das regiões Norte e Nordeste.

■ Em junho, 40 famílias do Assentamento Santo Antônio Bom Sossego e do Acampamento Vitória, no município de Palmeirante, estado de Tocantins, foram atacadas por homens armados que atiraram em direção ao acampamento e ameaçaram matar os ativistas rurais.

■ No Maranhão, moradores da comunidade quilombola de Salgado denunciaram que têm sofrido uma constante campanha de intimidações e hostilidades por parte de fazendeiros locais, que lhes destruíram as plantações, mataram o gado, cercaram as fontes de água e fizeram ameaças de morte contra líderes da comunidade.

Direito à Habitação

Nos grandes centros urbanos brasileiros, os projetos econômicos de grande escala, inclusive os que visam preparar o país para o Campeonato do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, estão a deixar as comunidades que vivem na pobreza ainda mais vulneráveis, sob o risco de intimidações e desalojamentos forçados. Em abril, a relatora especial da ONU para o direito à habitação adequada como um componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação afirmou ter recebido denúncias de desalojamentos envolvendo violações dos direitos humanos em cidades brasileiras tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Natal e Fortaleza.

■ Em fevereiro, funcionários da prefeitura, equipados com escavadeiras e acompanhados de guardas municipais, chegaram, sem aviso prévio, à comunidade de Vila Harmonia, no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio de Janeiro, uma das várias comunidades ameaçadas de desalojamento devido à construção do corredor expresso Transoeste. Segundo o relato dos moradores, os agentes municipais ordenaram-lhe que deixassem o local imediatamente, não lhes dando tempo suficiente para retirar os pertences de suas casas antes que fossem demolidas.

Em São Paulo, milhares de famílias foram ameaçadas de desalojamento para dar lugar a obras de infraestrutura urbana, tais como a construção do anel rodoviário metropolitano; o alargamento das vias marginais do Rio Tietê; e a implantação de parques lineares junto a rios e córregos onde estão cerca de 40 por cento das favelas da capital. Os moradores atingidos pelos desalojamentos reclamaram por não terem sido consultados e pelas indenizações insuficientes.

Defensores dos direitos humanos

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) funcionava plenamente em cinco estados – Pará, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia – e estava em fase de implantação noutros dois estados – Ceará e Rio de Janeiro. No entanto, em diversas instâncias, problemas burocráticos prejudicaram a eficácia do programa, e alguns defensores incluídos no programa reclamaram não ter recebido proteção adequada.

Organizações não-governamentais locais enfrentaram ameaças e intimidações.

■ No Maranhão, ativistas que trabalham com a Comissão Pastoral da Terra foram ameaçados de morte em frente a um tribunal no município de Cantanhede. Participavam numa audiência relacionada com a disputa de terras.

■ No Rio de Janeiro, membros da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência receberam telefonemas ameaçadores e sofreram intimidações por parte de polícias.

Direitos sexuais e reprodutivos

Nos cinco anos desde a aprovação da Lei Maria da Penha sobre violência doméstica, mais de 100 mil pessoas foram condenadas com base nessa legislação.

Numa decisão importante, o Comité para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) concluiu que o Brasil não tinha cumprido a sua obrigação de garantir “à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário”. A decisão foi aplicada no caso de Alyne da Silva Pimentel, uma mulher afrodescendente de 28 anos, moradora numa das áreas mais pobres do Rio de Janeiro. Em 2002, ela estava no sexto mês de gestação do seu segundo filho quando morreu devido a complicações na gravidez, depois de um hospital da rede pública não ter diagnosticado corretamente sua situação de alto risco e não ter prestado o atendimento apropriado.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Amnistia Internacional visitaram o país em abril.